CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER n° 257/71

Aprovado em 5/7/71

Indica-se a constituição de uma comissão integrada por Conselheiros e representantes da Secretaria da Educação para propor anteprojeto do Estatuto do magistério Oficial do Estado.

PROCESSO CEE - N° 249/71

INTERESSADO - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CÂMARAS REUNIDAS DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO

RELATOR - Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI

1. Este protocolado cuida, em verdade, de três assuntos, duetos de outros tantos estudos ou propostas, convergentes em suas conclusões.

1.1 O Presidente da APESNOESP, em 25 de maio de 1970, oficiou ao Seda Educação realçando estes pontos:

a) existência de nove mil cargos vagos de professor secundário e urgência no seu preenchimento pelos concursados 3 estáveis, amparados pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de São Paulo;

b) definição com o atendimento da sugestão supra, do "status" jurídico-funcional do professorado, sobretudo dos "4 mil professores admitidos para aulas, que não sabem o que são";

c) instituição da carreira do professor, já prevista pelo Código de Educação;

d) abertura e funcionamento permanente de cursos de atualização docente para o quadro do magistério Oficial do Estado.

Esta é a súmula do primeiro documento.

2. Minuta de um estudo de ante-projeto de lei, dispondo sobre a instituição da carreira do Magistério de grau Médio Oficial, elaborada por uma assembleia geral da APESNOESP (segundo deduzimos da sua leitura) é o documento n° 2.

2.1. O estudo em causa oferece soluções alternativas nos pontos mais controvertidos, conta com 18 artigos, busca estabelecer um sistema de sete níveis funcionais, com as correspondentes gratificações sobre a referência inicial da carreira, institui a figura do coordenador, a qual somente teriam direito os professores nível 4, além de dar outras providências. O anteprojeto em tela data de 1968.

3. A Indicação nº 47/70, da Assembleia Legislativa, subscripta pelo então deputado Olavo Horneaux de Moura, é o documento nº 3. Nele é reiterado ao Poder Executivo "a necessidade urgente de ser instituída a carreira do professor de grau médio oficial, através de cursos de atualização em faculdades". A transcrição é literal.

4. Esses papéis, juntados no Processo - CEE nº 249/71, tramitaram pelos órgãos próprios da Secretaria da Educação, sem que tivessem recebido pronunciamento definido, exceto no concernente:

- I) à conveniência do assunto ser estudado por uma "Comissão em virtude de sua amplitude" (fls. 14 e 23 - proposta da Divisão de Orientação Técnica);
- II) ao envio da matéria ao Conselho Estadual de Educação, visto que o "tema Carreira do Magistério liga-se a outro, que é o "estatuto do magistério", cujo estudo compete a este Colegiado.

5. Esta é a súmula do que é tratado e da caminhada deste protocolado até a sua entrada no Conselho Estadual de Educação, aos 22 de março próximo passado e ao seu encaminhamento às nossas mãos, para relatá-lo, nos termos do despacho da Presidência das CREPM, aos 13 de abril deste ano.

6. É indiscutível a importância do problema ventilado neste processo e a sua solução representará não apenas o atendimento de justíssima reivindicação do magistério, mas também obra de duradoura e benéfica repercussão para o ensino médio. Sabemos que estas palavras poderão ser qualificadas de "acacias", pouco nos importa, pois, ainda que cedidos, os conceitos acacias refletem verdades.

7. É evidente que o tema, pelas suas implicações, deve ser objeto de estudos que considerem os aspectos imediatos, mas também, a prazo médio e longo, a sua repercussão ante a próxima implantação da reforma do Ensino primário e médio.

8. A amplitude da matéria exige, ademais, que o seu estudo seja objeto dos cuidados de um grupo de conselheiros, do qual participem, igualmente, elementos credenciados da Secretaria da Educação, a fim de que as soluções finais recebam o embasamento da experiência técnico-administrativa daqueles que, ha longos anos tratam dos negócios da educação.

9. Em suma, entendemos que se impõe um entendimento da Presidência deste Colegiado com a Exma. Sra. Secretaria da Educação, no sentido da constituição de um grupo de trabalho ou comissão mixta, a fim de estudar o assunto, em todos os seus ângulos e propor, ao final, soluções capazes de transformar a colcha de retalhos em que vive o magistério oficial do ensino estadual em uma codificação legal digna do Estado de São Paulo.

10. Temos bem presente o fato de que se trata de tarefa árdua e delicada e, ainda mais, que ela deverá ser levada a termo pelos futuros integrantes deste Colegiado (os que remanescerem e novos), além de exigir um compasso de espera, até que o Congresso Nacional tenha vetado o projeto de lei que dispõe sobre a reforma do ensino primário e médio.

Nada impede, contudo, que as providências preliminares comecem a ser tomadas desde já, pois o texto da mencionada reforma, em linhas gerais, é conhecido.

Ante o exposto, apresentamos a seguinte

INDICAÇÃO

Indicamos a conveniência de um entendimento da Presidência do Conselho Estadual de Educação com a Senhora Secretária da Educação, no sentido de ser constituída comissão integrada por conselheiros e representantes da Secretaria, para, com prazo marcado, estudar e propor anteprojeto de lei dispendo sobre a estrutura da carreira e o Estatuto do Magistério Oficial do Estado.

Sala das Sessões da CREPM, aos 12 de junho de 1971.

(aa) Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI - Presidente
Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI - Relator
Conselheiro NELSON CUNHA AZEVEDO
Conselheiro MONS. JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO
Conselheiro ELISIÁRIO RODRIGUES DE SOUSA
Conselheiro ANTÔNIO DA CARVALHO AGUIAR
Conselheiro MARIA BRAZ